

5. Dinâmicas geográficas e pedagógicas: o lugar da religião na sociedade

*Sidelmar Alves da Silva Kunz
Helciclever Barros da Silva Sales
Maurício Barbosa Carneiro
Paula Fernandes de Assis Crivello Neves*

Relações da religião com a política e a economia

A religião pode ser entendida como uma dimensão política construída pela sociedade. Ao falarmos de política também estamos tratando de diversos aspectos, inclusive as lógicas estabelecidas e organizadas no seio da religião. A vida política também se atrela a lógicas religiosas e se apresenta como um desafio que precisa ser tratado e que não pode ser desconsiderado nas discussões sobre a diversidade, a geografia, constituição social e ações pedagógicas.

O diálogo é algo crucial que nos municia com elementos para estabelecer relações qualificadas entre polos como a fé e a razão. As questões relativas ao mundo religioso não são algo que reporta a uma instância cerceada ao plano somente da atualidade. A leitura da realidade exige o entendimento das construções dos grupos religiosos e seus modos de subjetivação e apreensões das estruturas.

Para que as realidades religiosas se consolidem, faz-se necessário diversas articulações e diálogos com os distintos espaços da política e da religião. A conquista de novos fiéis implica a construção de convencimentos religiosos que ocorrem em processos que estão inerentes à disputa política que se expressa espacialmente.

As narrativas das religiões e suas expansões envolvem mudanças de comportamentos sociais, tomadas de decisões, inclusive a apropriação de práticas de determinados grupos que colaboram para o desenvolvimento de condições técnicas e instrumentais para atrair pessoas e mantê-las engajadas nos projetos religiosos.

A religião tem relação direta com promessas de elevação espiritual e de oportunidades para os mortais. Isso é muito significativo porque agrega forças e horizontes que propiciam olhar

para o mundo por intermédio da lente que apresenta opções com demarcações específicas. São utilizadas, portanto, narrativas pedagógicas de convencimento.

As posições políticas e religiosas se articulam no dia a dia da sociedade e geram determinantes históricos comprometidos com os ideais de representação política e religiosa. A cena sociopolítica implica na racionalização dos processos cotidianos, no entanto, a religiosidade não pode ser pensada fora desse amálgama de variáveis que impactam e promovem as mudanças socioespaciais.

Tratar das relações entre a religião, política e economia implica proceder análise aberta para a compreensão do fenômeno religioso em uma plataforma em que a Geografia não fique restrita a uma perspectiva essencialmente morfológica. O desafio consiste em observar as dinâmicas culturais ancoradas na ideia de patrimônio e patrimonialização, uma vez que o espaço é utilizado por diferentes organizações religiosas para tornar viável o alcance de seus resultados no processo de expansão da fé.

Nesse sentido, cultura, economia e política possuem dentro do campo da religião uma dupla existência; ao mesmo tempo em que são perspectivas analíticas, são também dimensões daquilo que é analisado. Tal duplicidade permite que uma perspectiva econômica analise as dimensões políticas e culturais da religião, assim como uma perspectiva política problematize as dimensões culturais e econômicas deste fenômeno (Sousa, 2011, p. 246).

Os lugares não são desconectados de suas historicidades, logo, existem camadas históricas dos lugares que são materializadas ou escritas na espacialidade. Sendo assim, não há que se falar em análises que não sejam multiescalares. As análises precisam ter em vista a extensão dos fenômenos no espaço, a relação com o objeto em investigação e o contexto social, econômico, político e cultural da fé.

Na perspectiva de Cruz (2018, p. 1), “A Geografia das Religiões se configura um campo fértil e necessário de estudos acerca de sua influência política e social, na composição e organização do espaço brasileiro”. Sendo assim, a Geografia da Religião é fundamental na oferta de subsídios interpretativos valiosos para a compreensão do impacto ou efeitos do fenômeno religioso no espaço. A leitura espacial é crucial para a leitura da realidade da espacialidade da fé, entendendo a sua expansão, organização e configuração territorial.

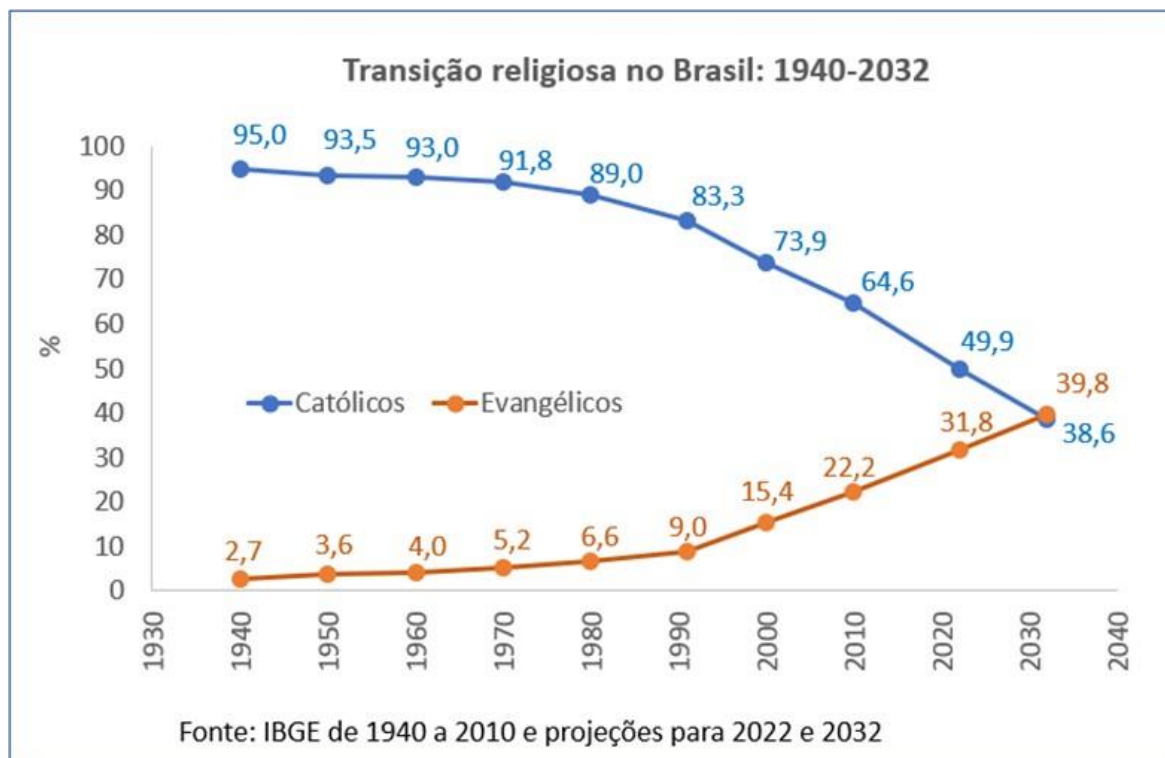
A título de exemplo do caso brasileiro que conjuga matrizes como a cristã, a indígena e a africana, a despeito da fé católica romana ser a predominante em nosso país, temos a fé evangélica que tem se expandido significativamente no território brasileiro nas últimas décadas, culminando em ressignificações identitárias, sociais e culturais por parte dos sujeitos que modificam as suas meditações e compreensões espaciais.

O exemplo do segmento religioso dos evangélicos em nosso país, com destaque para os pentecostais, ilustram bem que não se trata apenas de um escopo religioso, pois o que temos é um conjunto de estratégias que buscam fortalecer esse segmento na política por meio de assegurar representações em partidos, nos governos e nos parlamentos nos distintos poderes e entes federativos, utilizando-se de ações pedagógicas no manuseio da fé.

Cabe mencionar o registro feito por Machado e Nacif (2016, p. 570): “A primeira bancada evangélica no Congresso Nacional foi registrada na composição da Nova Constituinte, em 1986, momento em que ocorria a distribuição de emissoras de rádio e TV em troca de favorecimentos para o governo pemedebista de José Sarney (Cunha, 2016)”.

Nesse sentido, destacam-se a Assembleia de Deus e a Universal do Reino de Deus que somada a expansão do número de evangélicos têm também conseguido ampliar a participação na política. Uma vez que “Jair Bolsonaro fez uma campanha que atingiu o cerne das preocupações de boa parte dos cristãos. Dos 104,8 milhões de votos válidos, Bolsonaro obteve 57,8 milhões (55,1%) e Fernando Haddad obteve 47 milhões (44,8%)” (Dutra; Pessoa, 2021, p. 234), caracteriza-se que foi possível chegar a representação evangélica até mesmo na conquista da presidência da República nas eleições de 2018.

Figura 1: Projeção de transição religiosa (1940-2032)



Fonte: Disponível em <https://shre.ink/aVKY>. Acesso em: 20 jan. 2023.

Apesar de o Brasil ainda seguir como o maior país católico do mundo, o aumento da população evangélica tem sido uma tendência desde meados do século XX. Segundo o último Censo Demográfico do IBGE, 2010, os católicos no Brasil representam 65% da população, e os evangélicos, 22% dela. O percentual de católicos vem diminuindo ROLIM, 1985. Censo Demográfico IBGE, 1980, 1991, 2000; no entanto, em contrapartida, o de evangélicos ampliando gradativamente. Em 1890, os evangélicos representavam 1% da população total brasileira; em 1900, 1,1%; em 1940, 2,6%; em 1950, 3,4%; em 1960, 4%; em 1970; 5,2%; em 1980, 6,6%; em 1991, 12,25%¹; em 2000, 15,4%; e em 2010, 22% (Machado; Nacif, 2016, p. 568).

Essa expressão política em escala nacional demonstra que não se trata apenas de uma postura ou influência evangélica nos círculos evangélicos, vai além, conquistando apoio em outros segmentos que não só de evangélicos. Sopesa-se a constatação apresentada por Machado e Nacif (2016, p. 570): “a bancada evangélica tem se ampliado e suas posições estão ganhando cada vez mais espaço, não apenas no Legislativo nacional, mas também estadual e municipal”. O fato de o Brasil se tornar cada vez menos católico em todas as regiões ajuda muito nessa empreitada política e econômica dos evangélicos.

Até o pleito de 2018, boa parte dos candidatos evitava abordar assuntos como aborto, redução da maioria penal, descriminalização das drogas e questões referentes à sexualidade, e quando precisavam abordar tais questões, adotavam comportamento moderado. Entretanto, 2018 trouxe uma realidade bem diferente. As campanhas foram fortemente marcadas pela presença de uma narrativa moralizante que tomou a centralidade de assuntos que antes eram fundamentais para a corrida eleitoral como saúde, educação e economia. O discurso de defesa da família, da “moral cristã” e contra a corrupção marcou boa parte das campanhas de candidatos de direita e centro-direita. O apoio recebido por esses candidatos por parte de grupos conservadores, notadamente igrejas evangélicas e católicas, refletia a orientação política do público que se pretendia representar. A moralização da política tomou proporções inéditas na disputa política brasileira (Dutra; Pessôa, 2021, p. 235).

É relevante assinalar que os representantes políticos evangélicos não costumam se declarar representante somente daquela igreja que congrega, mas se apresentam como porta voz de todo o conjunto de evangélicos e isso contribui para a união, coesão e conexão de pautas e interesses desses agentes políticos.

As eleições de 2018 demarcaram um novo patamar em solo nacional acerca do engajamento e protagonismo de organizações e atores religiosos. Esta mudança de patamar envolveu a mobilização de pânico morais, postos em circulação dentro das comunidades religiosas. Templos e grupos no WhatsApp tornaram-se meio para formas de comunicação coletiva ancoradas na autoridade religiosa e em laços de familiaridade. Assim, a narrativa religiosa pode ser muito eficiente em consolidar suspeições sem nenhum amparo real, uma vez que pode mobilizar discursos mágicos e conspiratórios na disseminação de pânico morais. Esses discursos obtiveram sucesso uma vez que conseguiram dialogar com as transformações sociais “indesejadas” por setores religiosos, traduzindo-

as na linguagem da guerra espiritual, onde o que não é promovido por Deus é obra do Diabo, devendo ser portanto combatido (Dutra; Pessoa, 2021, p. 253).

A esse respeito, cabe o esclarecimento de Machado e Nacif (2016, p. 567): “O exemplo do Rio vem assim indicar que o apoio recebido por Crivella das outras igrejas evangélicas foi fundamental, e consolidou seu papel de líder político não apenas da Universal, mas dos evangélicos”. E justamente essas estratégias expressas também no Rio de Janeiro foram plataformas utilizadas na eleição de 2018 que levaram a Presidência da República o deputado Jair Bolsonaro, do Rio de Janeiro.

Entretanto, esse fortalecimento político do segmento evangélico não é fruto apenas do seu crescimento, mas sobretudo das novas estratégias adotadas, que incluem a ampliação de suas bases em escala nacional e para além do campo religioso ou estritamente evangélico, demonstrado com a formação dos blocos políticos, fortes e coesos: as bancadas evangélicas e a Frente Parlamentar Evangélica. Se, por um lado, as pautas da Frente podem ser consideradas conservadoras, como a defesa da família tradicional, a defesa da vida desde a concepção, os direitos do nascituro, a proibição do aborto, do infanticídio, os direitos da mulher, os direitos do ente humano que está sendo gerado, por outro, suas estratégias de gestão podem ser consideradas competitivas, pragmáticas e alinhadas com as novas e modernas demandas do capitalismo (Machado; Nacif, 2016, p. 584).

Por seu turno, o capitalismo como religião na perspectiva de Walter Benjamin, se constitui por intermédio de práticas devotadas ao fetichismo cotidiano em que a religião de cunho econômico se assenta nas lógicas inerentes ao capitalismo. Essas críticas dialogam com as postulações reflexivas da Teologia da Libertação e apresentam o capitalismo como uma religião em que o deus é falso e se estabelece como um ídolo. Mesmo que essa visão não seja a majoritária ela possui a sua importância e merece a nossa atenção para discutirmos as relações entre religião e economia (Coelho; Sung, 2019).

As contradições do sistema são evidentes, como a sedução do consumo, da tecnologia, das promessas do progresso continua a gerar adesão de muita gente que teria motivos para rebelião: com a exclusão, a opressão, a exploração, a repressão, com as mortes de cada dia, com a crise social, econômica e ambiental, o capitalismo permanece ampliando seu mercado mundo afora. A diversidade de vítimas (trabalhadores, desempregados, excluídos e oprimidos por raça, gênero, geração, sexualidade, cultura...) parece não abalar a confiança no futuro promissor que advém do mercado capitalista. Esta crítica do capitalismo como religião contribui na medida em que colabora no processo compreender o fetichismo presente na vida cotidiana e a elaboração de uma potente crítica teológica em uma reflexão de discernimento de deuses (Coelho; Sung, 2019, p. 664).

Isso implica pensar as interações entre os polos modernidade, religião, fetichismo capitalista, inversão ética e fundamentalismo. De fato, não é possível desvincular radicalmente

o capitalismo da religião, uma vez que existe uma luta intrínseca que se utiliza não somente da dimensão material, mas também do plano ideológico-espiritual, em que os pobres ocupam um lugar específico no sistema capitalista.

Benjamin e os teólogos da libertação contribuem com uma dessas possibilidades. No entanto, quando Benjamin afirma o capitalismo como religião, diz que a dimensão da vida referente aos aspectos econômicos assumiu o lugar considerado próprio da esfera religiosa, mas não só como substituição de “sistemas de sentido”, mas na apropriação das lógicas típicas dos mitos e da teologia judaico-cristã. O conceito que provoca a crítica do capitalismo como religião é o de fetiche da mercadoria e a expectativa é insurgir-se contra a normalidade da vida cotidiana imposto pelo espírito do fetiche (Coelho; Sung, 2019, p. 663).

É necessário considerar que “A crítica aos sistemas sociais que exigem sacrifícios a seus deuses como sistemas de opressão não é meramente resultado do fato de ser uma reflexão teológica” (Coelho; Sung, 2019, p. 656). A opressão e a antvida do sistema capitalista assumem características de falsos ídolos que exigem sacrifícios maiores para uns do que para outros.

Mesmo frente aos dados da realidade que demonstram a crueldade social do Capitalismo, o terror da violência e o horror frente às suas vítimas não diminuem a força e legitimidade do sistema, que continua a produzir fascínio e adesão. São duas faces que, opostas, se articulam unidas. É uma expressão da ambiguidade na qual a violência e exclusão estão relacionadas a um irresistível fascínio que mantém o desejo de participar, uma adesão que o reforça. A força mobilizadora que fascina as pessoas para sua adesão ao modo de vida capitalista estaria relacionada com o poder de sedução da mercadoria, pelo consumo. Fetichismo e idolatria são potentes categorias de compreensão desta relação (Coelho; Sung, 2019, p. 672).

Percebe-se que a expansão do número de evangélicos foi resultado de iniciativas ancoradas em um investimento expressivo em telecomunicações, tecnologias e redes sociais, nos últimos quarenta anos, como estratégia para fazer a cobertura do território nacional. O entendimento dessas operações territoriais em novos suportes e articulação de meios que constituem nós estruturais relevantes com impactos sociais, políticos e culturais em toda a dinâmica da vida brasileira se apresenta como necessário e relevante para o aprofundamento acerca das espacialidades geradas em face desse movimento religioso que colmata um modo de ser e de agir do evangélico brasileiro.

O engajamento moral de setores religiosos contra os direitos de minorias não é novo. No entanto, sua força relativa não é suficiente para explicar sua transformação em eixo principal do debate público e da disputa eleitoral, como ocorreu no Brasil nas eleições de 2018 com a vitória do bolsonarismo. Nosso argumento neste texto é que esta centralidade política adquirida pela guerra cultural é favorecida pela ausência de projetos políticos partilhados coletivamente em relação aos direitos sociais e à cidadania como um todo,

tornando as maiorias sociais mais suscetíveis de adesão à pauta moralista. O processo de moralização da política origina-se de problemas de orientação programática do sistema político com outros sistemas funcionais da sociedade. A frustração reiterada das expectativas sociais de inclusão no Estado de bem-estar social abre uma janela de oportunidades aos atores e instituições religiosas e não religiosas com uma agenda moralista (Dutra; Pessoa, 2021, p. 253).

Esse desenho do ser protestante possibilita a gestão de postulações tradicionais do protestantismo que vigorou até os anos 1980 com as modernidades calcadas em alternativas pentecostais flexíveis ao meio rural e ao urbano brasileiro, em face do cenário de fortalecimento das novas mídias e da cultura digital.

Sem dúvidas, a relação entre religião e espaço e suas novas possibilidades em virtude do impacto das novas tecnologias, redes sociais e a digitalização contribuíram para beneficiar as organizações religiosas que conseguiram acompanhar ou se posicionar de modo mais rápido e eficiente nas novas configurações de comunicação com as pessoas.

Nesse sentido, podemos citar o caso do templo católico em Aparecida do Norte-SP que passou por reconstruções e reorganizações de suas maneiras de atuação, assim como serviu de referência para a comunidade católica reinventar as suas relações com a fé em plena pandemia e essa realidade se apresentou como fundamental para enfrentar os tempos de mudanças e para a reconfiguração da economia por diversas formas, inclusive pela promoção de seus produtos religiosos em novos formatos e perspectivas.

Esses novos tempos manifestam a necessidade de se ter estruturas jurídicas e administrativas mais flexíveis, interculturais, menos hierárquicas e com uma linguagem mais acessível ou que consiga dialogar de modo mais direto e eficiente com as necessidades mais imediatas da população. Essa aproximação espacial tem viabilizado a expansão territorial potente verificada por parte dos evangélicos no Brasil.

As ações pedagógicas dos religiosos permitem perceber a instauração de um espaço religioso com suas marcas características que materializam visões, discursos, pensamentos e representações simbólicas. A leitura do fenômeno religioso permite ler o sujeito religioso, ultrapassando a visão de que tal fenômeno se restringe ao plano do concreto. O que está em foco é a essência da religiosidade e suas manifestações.

Sendo assim, o espaço sagrado e espaço profano se apresentam como instâncias de grande significado para o debate acerca da dimensão econômica e política. Essas dimensões se relacionam no espaço e a realização da religião é um estágio inerente a esses processos sociopolíticos e culturais que atribuem significados para a existência humana.

A economia e a política são indissociáveis da religião e a compreensão da espacialidade que elas se constituem e manifestam é crucial para a compreensão da sociedade e de suas relações no cotidiano. Isso porque o sagrado é em si um ponto norteador para a realização da vida do religioso que vê na sua experiência sagrada o elemento central para a condução de suas ações e reflexões defronte ao mundo que não é constituído somente do sagrado, ou seja, o sagrado é o alimento que fortalece para conseguir lidar com as experiências não sagradas: o profano. Então, numa análise geográfica os referenciais religiosos precisam ser considerados para a leitura da economia e da política da sociedade.

Relações da religião com o meio ambiente

O ser humano moderno tem nas preocupações ambientais um dos seus lugares de reflexão, dado que o meio ambiente está diretamente relacionado a produção de sentidos no mundo de modo a afetar diretamente no cotidiano. A relação humana com a natureza tem efeitos diferentes conforme os sujeitos e as suas perspectivas de mundo e do grau de profundidade das experiências com a natureza.

A ecoespiritualidade é um fenômeno religioso contemporâneo. Ela não possui líderes carismáticos, rituais comuns ou um conjunto de preceitos impressos em folhetos distribuídos por missionários preocupados com a salvação das pessoas (TAYLOR, 2005). Seus conteúdos aparecem em grupos e tendências distintas, sejam eles mais antigos e institucionalizados, ou mais contemporâneos e individuais. Amiúde, ela se apresenta como uma religiosidade mais sutil, que estabelece orientações cotidianas diversas, que se mescla com várias formas de militância ambientalista e social. Sua cosmovisão estabelece que a natureza - e esse é um ponto chave - possui valor intrínseco e por isso contrasta com qualquer outra visão utilitarista associada à modernidade e ao capitalismo que representa a natureza enquanto um conjunto de recursos a ser explorado. Sua crítica é endereçada à ideologia do progresso moderna que se sustenta em uma cosmovisão antropocêntrica (BOFF; HATHAWAY, 2010). Com efeito, a eco espiritualidade é possuidora de uma cosmologia ecocêntrica que “reencanta”, em níveis e direções distintas, a relação entre a natureza e a humanidade. Em um plano mais político, seu horizonte de expectativa aponta para o estabelecimento de uma “ecotopia global” orientada por preceitos que postulam uma nova consciência religiosa acerca da unidade entre a humanidade e o restante da natureza (Partridge, 2005) (Silveira, 2019, p. 212-213).

Essa ecoespiritualidade é resultado do nosso contexto geográfico e histórico, já que se vale de ideias-forças antigas, mas é na constituição da realidade e das necessidades do agora que se estabelece. E, sem dúvidas, as religiões contribuem para ajudar a pensar essas novas demandas na esfera ambiental que são resultados de composição ancoradas em noções desenvolvidas em processos diversos. Acerca desses processos, podemos citar o movimento da contracultura com

sua crítica ácida ao modo de vida ocidental, as ações e conscientizações desenvolvidas pelos ecologistas em nível planetário, a disseminação de visões sedimentadas nas filosofias asiáticas, africanas, latino-americanas que dão atenção especial para o plano da paisagem em sua interface com a ideia de natureza, dentre outros.

O valor inerente da natureza enfatizada pela ecologia profunda e compartilhado pela ecoespiritualidade compreende que a fonte das desordens e crises ambientais são as representações utilitaristas da natureza responsáveis por desencantá-la. Admitir que a natureza tem um valor intrínseco também significa um posicionamento crítico em relação ao dualismo humanidade e natureza, o primeiro visto como subjetividade e a segunda como objeto a ser manuseado (Silveira, 2019, p. 214).

As críticas às religiões ocidentais em meados do século XX assentaram na configuração de posicionamentos que possam dar a conotação utilitarista concernente a natureza. No entanto, isso não é em absoluto, pois não dá para assumir que as religiões ocidentais são incapazes de apresentar orientações para uma saída em relação a crise ambiental.

Em afinidade com a noção do “valor intrínseco”, a crença na natureza sagrada, comum à toda a ecoespiritualidade, estabelece que todos os entes da natureza, sencientes ou não, são possuidores de uma essência vital comum, razão pela qual é urgente do ponto de vista da ecoespiritualidade a tomada de consciência dessa condição enquanto meio para superar as crises ambientais. O estabelecimento de uma nova consciência religiosa integradora nos libertaria dos riscos ambientais produzidos pelo antropocentrismo (Silveira, 2019, p. 214).

A solução não pode ser entendida somente numa perspectiva em que o único caminho seria uma religiosidade indígena ou asiática. O papel ambiental é importante para as religiões em geral, até mesmo porque colabora para uma reflexão mais madura acerca da visão de progresso e de consumismo em detrimento dos desafios ambientais.

No que toca às relações sociais e produtivas, a ecoespiritualidade tende a enfatizar a “vida autêntica” e a “pequena escala”, em oposição à celeridade e anomia urbana e à produção em larga escala vista como responsável por impactar negativamente a natureza. Como compreendo, a vida autêntica a que aludem evoca novos arranjos comunitários em contraste com a impessoalidade das relações forjadas no universo do individualismo urbano e com a macroeconomia. Por esse motivo, parece-me que iniciativas agroecológicas e a permacultura assim como o biorregionalismo estão em afinidade eletiva com a ecoespiritualidade (Silveira, 2019, p. 216).

O aprofundamento nessa questão implica assumir uma ótica que defenda a integração da humanidade com a natureza em um estágio de interpretação das relações de modo holístico, no qual tudo, no sentido de totalidade, faz parte de uma grande ordem ou unidade espiritual. Uma

percepção renovada de integração em uma cosmologia holística integrada à perspectiva da ecoespiritualidade.

Apesar de entender que as religiões tradicionais e institucionalizadas não poderiam deixar de responder às questões ambientais, parece-me que são aquelas religiosidades ou espiritualidades mais individuais e com alguma propensão à errância as que mais estão dispostas à sacralização da natureza em virtude de sua disposição em escrutinar e reimaginar tradições diversas com alguma liberdade. Igualmente, sua inclinação às concepções do divino em termos mais panteístas e imanentes parecem mais predispostos à sacralização da natureza do que as religiões que representam o divino em termos de ‘Totalmente Outro’. Aqui é importante notar que a ecoespiritualidade também possui uma forte inclinação para o Oriente, mas também para as culturas aborígenas e pré-cristãs ou pagãs (Silveira, 2019, p. 220).

Em outros termos, é olhar para o plano da espiritualidade e compreender que o ser humano é a própria natureza e, por isso, em respeito à sua condição inerente à natureza demanda a promoção de esforços em prol de novas relações de convivência com o dito natural. Nesse sentido, as religiões também são chamadas a participar das discussões ambientais. Então, nesse tocante é possível falar em ecoespiritualidade (Silveira, 2019) para enfrentar os desafios contemporâneos.

Nos últimos anos foi possível notar um significativo crescimento dos movimentos que têm interesse pela preservação do meio ambiente. A população mundial tem mostrado cada vez mais preocupada com o atual modelo de desenvolvimento econômico, que está intimamente associado à degradação do meio ambiente, com grandes impactos na qualidade de vida e na própria perpetuação da espécie humana. Esse modelo de desenvolvimento desigual, excludente e esgotante dos recursos naturais leva à produção de altos níveis de poluentes de forma que contamina água, solo e ar, também proporciona a destruição da biodiversidade vegetal e animal e acelera o esgotamento das reservas minerais e demais recursos não renováveis em todas as regiões do planeta (Moraes *et al.*, 2020, p. 498).

A preocupação ambiental é fundamental na sociedade contemporânea e discutir as relações entre o cuidado com o meio ambiente e a religião se apresenta como crucial para a constituição de mecanismos de proteção eficazes e que impactem significativamente na vida humana. As religiões podem funcionar na sociedade como espaço privilegiado em que se percebe a relevância da preservação ambiental para a própria vida humana.

A consciência planetária que leva a preservação e ao uso adequado dos recursos naturais desenha a ética em uma empreitada destinada a cuidar melhor do mundo. Nessa direção, fazemos menção ao que foi afirmado acerca do papel dos cristãos nesse desafio:

[...] o Cristão deve se informar e informar ao mundo acerca dos males que a humanidade pode causar pela falta da educação ambiental na sociedade, de

forma que mantenha os princípios dos ensinamentos da Bíblia nos quais é possível perceber a responsabilidade que temos com a criação divina a qual foi confiada ao homem que deveria viver de forma harmoniosa com o meio ambiente e todas as espécies que habitam o nosso planeta (Moraes *et al.*, 2020, p. 497-498).

O tempo da natureza não é o tempo humano e o estabelecimento de equilíbrio nessas relações proporciona qualidade de vida e condições mínimas de sobrevivência. A alteração em um quadro natural não é passível de se reverter com facilidade, sobretudo se se tratar de grandes escalas como é o caso do aquecimento global ou as consequências da produção acelerada de lixo nos últimos anos. Sendo assim, podemos notar que no cristianismo existe uma justificativa bíblica que direciona para o engajamento nas questões ambientais:

Entre as religiões monoteístas, o cristianismo é, sem dúvida, a que conta com maior número de fiéis e a que está mais difundida em todo o mundo. Ao levar em consideração que o cristão tem pregado com tanta ênfase a perfeição da natureza cuja beleza foi dada por Deus deve-se entender a preservação ambiental como um gesto de agradecimento e devoção. Segundo a Bíblia Sagrada, no livro de Gêneses, capítulo 2 e versículo 15, encontramos a primeira ordem de Deus ao homem para cuidar da natureza: “Tomou, pois, o Senhor Deus o homem, e o pôs no jardim do Éden para o lavrar e guardar” (BÍBLIA, 1995, p.12). Depois na Bíblia em Gênesis 1: 28 aparece a passagem que diz “Deus os abençoou e Deus lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos e enchei a Terra, e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra” (Bíblia, 1995, p.11).

Dessa forma, entende-se que os homens devem “reger” o mundo da mesma maneira amável e fiel com que Deus os conduz. Por sabedoria e amor Deus mantém a harmonia da criação. Vale ainda ressaltar que a má compreensão desse texto é o que possivelmente faz com que a humanidade subjugue a natureza, não zele com a atenção digna que ela merece e ainda por cima destrua esse patrimônio que temos com base no termo “sujeitai-a”. Mas a ideia aqui é no sentido de zeladoria, de cuidado com respeito e responsabilidade. Quando muda-se para essa cosmovisão, há mais consciência para uma melhor administração daquilo que temos e precisamos cuidar com excelência (Moraes *et al.*, 2020, p. 502-503).

Os ensinamentos religiosos ou as visões religiosas acerca da preservação ambiental que são passadas para os fiéis podem impactar na maneira como eles percebem e lidam com os seus desafios diários em suas relações com o meio ambiente. Nesse sentido, as religiões podem se apresentar como importantes meios para a difusão do pensamento ambiental e reorientar as práticas sociais com foco na preservação do meio ambiente.

Atualmente a igreja assume papéis sociais quando passa a ser uma importante ferramenta de disseminação do conhecimento colaborando para a propagação de informações a respeito das políticas ambientais de preservação, integrando a sociedade de pequenos hábitos diários que contribuem para formação de uma sociedade com um comportamento sustentável. Para tanto, estabelece então

uma íntima relação entre a presença de Deus na relação entre ser humano e meio ambiente, que deve ser baseada nos ensinamentos da Bíblia, sempre com amor, zelo a vida estabelecendo uma relação de equilíbrio onde será retirado do ambiente apenas o necessário de maneira a ter uma sustentabilidade (Moraes *et al.*, 2020, p. 506).

A tradição das religiões abraâmicas conta com ensinamentos em suas escrituras sagradas que dão sustentação à questão ambiental, mesmo que muitos dos seus membros negligenciam essa realidade que envolve toda a humanidade. De fato, a dimensão ecológica encontra respaldo nas escrituras sagradas dessas religiões e apresentam como desafio a responsabilidade universal de uma ética também universalista, a qual implica agir em direção de ações mais diretas no cuidado com o meio ambiente.

As tradições religiosas demonstram uma percepção ecológico-religiosa do mundo, pois conectam o ser humano no diálogo entre o sagrado e a natureza, definindo em certa medida, o lugar e a responsabilidade deste ser humano, entre, com e diante das demais criaturas. Isso pode ser verificado nas tradições abraâmicas: Judaísmo, Cristianismo e Islamismo. Estas tradições religiosas, em função de suas escrituras sagradas, compreendem que há virtudes e valores no meio ambiente, capazes de produzirem com eficácia justiça e misericórdia. Ao mesmo tempo em que esta percepção ecológico-religiosa do mundo está clara nas sagradas escrituras das tradições abraâmicas, percebe-se que por muito tempo estas tradições agiram ambigualmente e em muitas ocasiões desleixadamente no que diz respeito à sua responsabilidade de lutar em prol do meio ambiente (Rosa, 2018, p. 7).

Os membros das religiões abraâmicas tem em suas interpretações do mundo a visão de que vive em uma totalidade em que os elementos estão todos interligados. Essa compreensão coaduna com a lógica da proteção da biodiversidade com vistas a evitar problemas ambientais-ecológicos futuros.

Observou-se que as tradições abraâmicas possuem prescrições valiosas a oferecer para a humanidade acerca da questão ambiental. Há um aprendizado que os antepassados adquiriram e estabeleceram. Há uma herança que precisa ser difundida às gerações futuras. Falta na atualidade uma conectividade entre as tradições e o modelo de desenvolvimento econômico. Os princípios exarados nas percepções das tradições abraâmicas acerca da questão ambiental podem maximizar resultados diante dos recentes desafios enfrentados pela humanidade, especificamente o crescimento demográfico, o esgotamento de recursos e a poluição ambiental (Rosa, 2018, p. 86).

Talmude, Pentateuco e Alcorão reportam seus ensinamentos para uma consciência ecológica. Não resta dúvida que a promoção de parcerias, o fortalecimento de ações profissionais e com o campo da fé repercutiria em grandes soluções para os problemas ecológicos que vivenciamos no dia a dia.

O vínculo da raça humana com o ecossistema está vinculado a um sistema de valores e conhecimentos, que para as tradições abraâmicas, resumem o mundo e o meio ambiente como o local onde a raça humana pode residir com outras espécies numa grande moradia. Por esse motivo, as cosmovisões religiosas destas tradições, ainda que diferentes, conectam-se quando a natureza e o sagrado, o ser humano e o Criador, promovem a libertação da casa comum da raça humana (Rosa, 2018, p. 86).

Pondera-se que a materialidade simbólica “é a realização do ato de impregnar o mundo de significados de forma duradoura” (Gil Filho, 2009, p. 3). Tendo isso em nosso horizonte, podemos colocar em relevo o fato de que há uma relação muito forte entre a prece e a espacialidade da religiosidade afro-brasileira que elege o meio natural como sua fonte privilegiada. Com as preces se percebe um sistema imagético capaz de aludir a um conjunto de espacialidades religiosas afro-brasileira que está atrelada ao ambiente natural (Machado; Sobreira, 2011).

As formas religiosas são também formas espaciais. Apresenta-se no espaço de ação do Homem religioso, nas representações dos templos, nas cores que as manifestações religiosas marcam a paisagem. Cidades, montanhas, rios, caminhos, uma série de lugares são diferenciados do entorno comum. Tais distinções não surgem ao acaso - pelo contrário, são expressões espaciais do pensamento mítico e religioso (Silva; Gil Filho, 2009, p. 76).

Tendo isso como referência, podemos afirmar que os edifícios construídos com a finalidade de servir para a prática religiosa são espaços que aglutinam valores e possuem significados espaço-temporais que externam a imagem da religião na paisagem. Nesse sentido, há a conjugação de três valores solidários: o espiritual, o cultural e o estético. Além disso, cabe mencionar que os conteúdos possuem relação com as formas que assumem nas interações humanas, sobretudo quando se trata de rituais religiosos. E a prece é parte inerente à composição ritualística, ou seja, um amálgama de comunicação por intermédio de uma moldura simbólica.

Graficamente, essa formulação pode ser representada como se o ritual fosse certa figura geométrica (um retângulo, por exemplo), dividido em duas áreas iguais: conteúdo (palavras) e forma ou cenário (atos). O conteúdo do ritual será sempre a prece (as palavras), que também pode assumir a forma cantada; e seu cenário será sempre o modo como a prece se externaliza: o local, os paramentos usados e os demais elementos ritualísticos (altares, velas, imagens etc.) (Machado; Sobreira, 2011, p. 54).

Entendemos que as preces na religiosidade afro-brasileira (umbanda, quimbanda, camdomblé) contemporânea são elementos demarcadores e delineadores dessa espacialidade que constitui cenários para divindades, chamadas de orixás e guias. Em outros termos são religiões da natureza, mesmo que parte de seus rituais possam ocorrer em casa de santo (terreiros ou templos). Em linhas gerais essas religiões afro-brasileiras colocam em cheque muitos dos valores

pregados pela modernidade por meio de seus rituais de sacralização. Muitos são os substratos desses cultos, como, por exemplo, comidas, animais, bebidas, frutas, flores, perfumes, doces, vasilhas de barro, alguidar, dentre outros (Machado; Sobreira, 2011).

Os rituais para os orixás têm como locus os chamados pontos de força da natureza, ou seja, os locais em que os orixás habitam e regem (SARACENI, 2007, p. 216). O culto na natureza é, para o teólogo umbandista, uma necessidade que, no entanto, encontra-se ameaçada pela destruição do meio ambiente, que terá como corolário, caso não seja controlada, a destruição dos pontos de força, ou seja, dos locais de culto dos umbandistas (SARACENI, 2007, p. 217). Esses pontos de força, que Saraceni (2007, p. 221) categoriza como “altares” estão localizados em santuários naturais, associados a orixás que regem os elementos naturais (Machado; Sobreira, 2011, p. 59).

Quadro 01: Representação dos valores solidários da paisagem

Valores	Representação
Espiritual	Congrega os significados místicos e éticos atávicos da religião que simbolicamente se refletem em forma, imagem e prática social.
Cultural	Emerge das práticas sociais e dos costumes, conferindo o seu caráter de representação. Remete a consciência do seu passado e situação geográfica.
Estético	Forma de expressão e imagem inspirada em valores religiosos e que possuem uma diversidade devido ao contexto histórico do lugar.

Fonte: Elaborado a partir de Gil Filho (2009)

A paisagem religiosa manifesta, em último estágio, o desejo humano de se diferenciar do que está ao seu redor, uma tentativa de preencher seu mundo com as marcas simbólicas representativas daquilo que é sagrado. Uma forma de preenchimento ou de substituição de fragmentos ou partes do mundo imediatamente ao seu redor. Desse modo, é relevante apresentar a compreensão a seguir:

A paisagem religiosa é, portanto, sintética onde expressão e sentido são reunidos em uma totalidade estrutural. Sendo assim, a paisagem religiosa é tanto possibilidade como projeção da ação humana. Ela pode ser criada e recriada provocando renovadas impressões e representações revelando a dinâmica religiosa do ser humano (Gil Filho, 2009, p. 13).

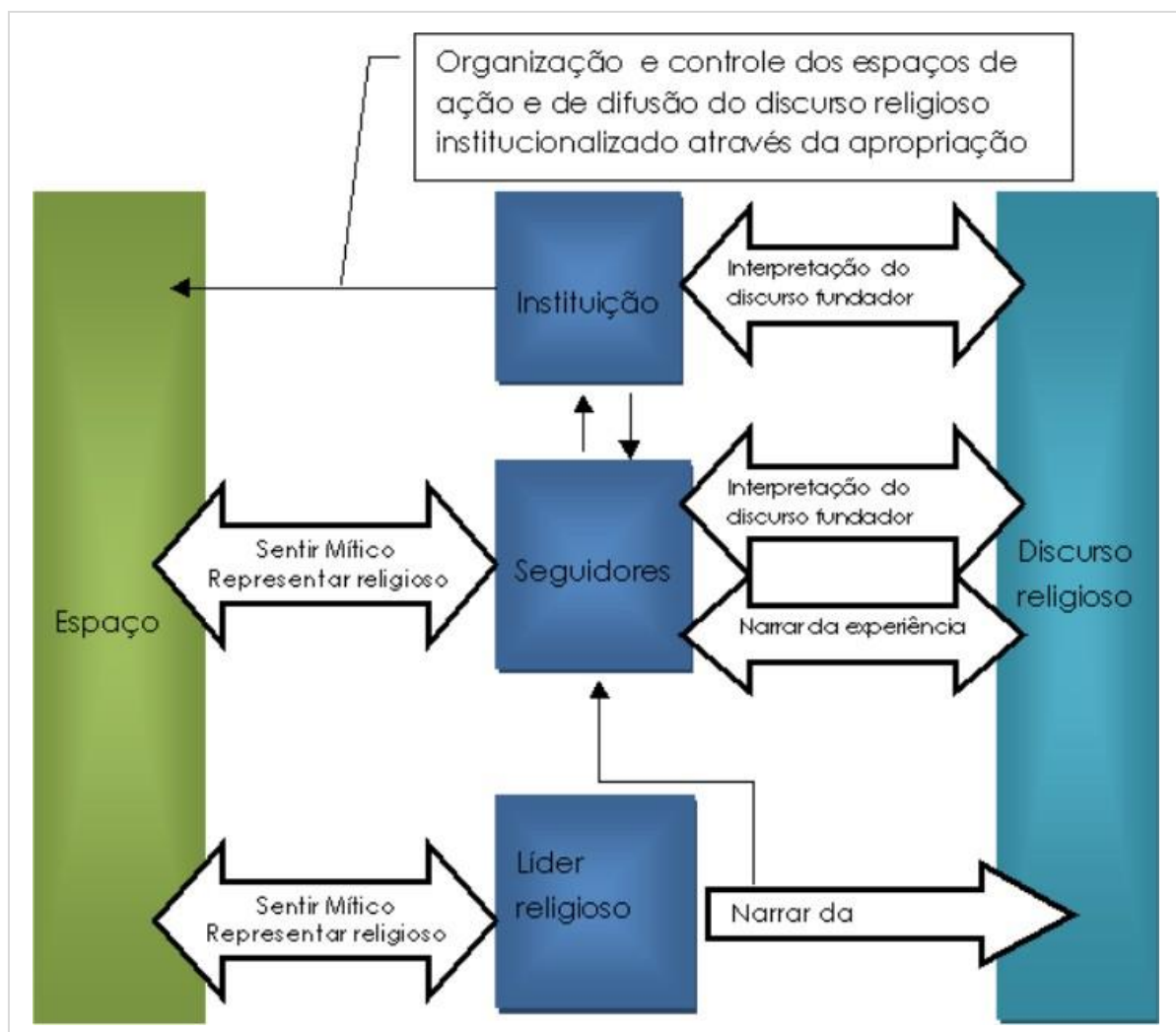
Gil Filho (2009, p. 3) nos ensina que “As estruturas religiosas compreendem uma realização do espírito humano sobre a matéria e representam a imaginação e a interpretação das realidades religiosas expressas e significadas enquanto paisagem”.

No pensamento cassireriano, cada uma das formas simbólicas tais como o mito, a religião, a arte, a ciência e a filosofia, há uma dimensão espacial própria do pensar humano. No mito, o espaço é um espaço de ação e expressão. Nas formas mais representativas da cultura, o espaço sofre um processo de simbolização,

um esquema do pensamento no qual cada coisa ganha sua individualidade à medida que as práticas simbólicas do ser humano avançam o espaço chega ao caráter de pura abstração (Gil Filho, 2009, p. 13).

Essa compreensão deixa patente a condição da religião como um aparato cultural que transforma os espaços alinhando-o ao seu projeto e perspectiva que se articula com os praticantes da religiosidade que buscam acessar o sentido de sagrado, mas não somente com eles alcançando todo o conjunto social afetado pelas práticas realizadas no espaço.

Figura 01: Espacialização do fenômeno religioso



Fonte: Silva e Gil Filho (2009, p. 81).

Olhar para a espacialização do fenômeno religioso e compreender as vicissitudes que envolvem as paisagens integrantes do meio ambiente com base na lente da religião é crucial para que se realize um passo fundante que é a compreensão de que não há separação real entre homem e natureza, dado que o homem também é natureza. Sendo assim, respeitar a natureza e cuidar dela é, em certa medida, o homem cuidar também de si próprio. Assim como o ataque a natureza

é, por rebatimento, um ataque ao próprio homem. Diante dessa necessidade de se elevar a consciência humana em busca da proteção da natureza em diversos planos, inclusive o religioso, vale a pena darmos mais um passo em tal reflexão e olhar para a apropriação da natureza em um processo que envolva a disputa pelo uso do território, assim como os conflitos inerentes ao processo de globalização. Nesse sentido, é salutar meditar acerca da relação entre geopolítica e religião.

Referências

- Coelho, Allan da Silva; Sung, Jung Mo. Capitalismo como religião: uma revisão teórica da relação entre religião e economia na modernidade. **HORIZONTE** - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 17, n. 53, p. 651, 31 ago. 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/20384> Acesso em: 29 ago. 2023.
- Dutra, Roberto; Pessôa, Karine. Guerras culturais e a relação entre religião e política no Brasil contemporâneo. **Revista brasileira de história das religiões**, v. 13, n. 39, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/54621/751375151520> Acesso em: 29 ago. 2023.
- Gil Filho, Sylvio Fausto. **Espaço sagrado estudos em geografia da religião**. 1ª. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 26 ago. 2023.
- Machado, Carlos José Saldanha; Sobreira, Ramon Fiori Fernandes. A prece como elemento de delimitação da espacialidade religiosa afro-brasileira junto ao meio ambiente natural. **Estudos de religião**, v. 24, n. 40, p. 52-64, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6265584> Acesso em: 31 ago. 2023.
- Machado, Mônica Sampaio; Nacif, Cristina Lontra. Evangélicos, política e espaço: novas estratégias rumo à presidência da República?. **Geo Uerj**, n. 29, p. 566-586, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/27012/19579> Acesso em: 29 ago. 2023.
- Moraes, Paula Rocha de; Fofano, Clodoaldo Sanches, Pereira, Rodolfo, Luquetti, Eliana Crispim França. Religião e meio ambiente: abordagem teoecológica. **Revista Transformar**, v. 14, n. 1, p. 497-508, 2020. Disponível em: <http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/view/293> Acesso em: 30 ago. 2023.
- Rosa, Richard Alves Santa. **Religião e meio ambiente**: uma breve análise da ecologia na perspectiva das religiões da tradição abraâmica. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) Programa de Mestrado Profissional da Faculdade Unida de Vitória, 2018. Disponível em: <http://bdtd.fuv.edu.br:8080/jspui/handle/prefix/290> Acesso em: 30 ago. 2018.
- Silveira, João Paulo. Religião e natureza na contemporaneidade: uma introdução às ecoespiritualidades. **Caminhos-Revista de Ciências da Religião**, v. 17, p. 211-224, 2019. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/7060/3984> Acesso em: 30 ago. 2023.
- Sousa, Patrício Pereira Alves de. Notas para uma Geografia da religião. **Revista de C. Humanas**, Viçosa, v. 11, n. 2, p. 245-258, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/13176?mode=full> Acesso em: 27 ago. 2023.